



UNILAB

Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira

AFRO-BRASILIDADE E IGUALDADE RACIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM SALA DE AULA

Aluna: Josiane Alves Oliveira

Orientadora: Sueli da Silva Saraiva

REDENÇÃO - CE

2016

JOSIANE ALVES OLIVEIRA

**AFRO-BRASILIDADE E IGUALDADE RACIAL: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES EM SALA DE AULA**

Monografia apresentada pela acadêmica JOSIANE ALVES OLIVEIRA como exigência do curso de graduação em UNIAFRO- Políticas de Igualdade Racial EAD Especialização em Educações Raciais da Faculdade Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB sob a orientação da professora Sueli da Silva Saraiva .

REDENÇÃO - CE

2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

O45a Oliveira, Josiane Alves.

Afro-brasilidade e igualdade racial: desafios e possibilidades em sala de aula. / Josiane Alves Oliveira. – Redenção, 2016.

37 f.: il.; 30 cm.

Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli da Silva Saraiva.
Inclui referências.

1. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. 2. Igualdade racial. I. Título.

CDD 344.81077

**AFRO-BRASILIDADE E IGAULDADE RACIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
EM SALA DE AULA**

JOSIANE ALVES OLIVEIRA

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Pós Graduação – EAD da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Pós - Graduada sob orientação da Prof^a. Dra. Sueli da Silva Saraiva.

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Sueli da Silva Saraiva

Prof. Dr.

Prof. Dr

Aprovada em 24 de junho de 2016.

CONCEITO FINAL: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais uma conquista, e a todos que direta ou indiretamente contribuíram nesta minha caminhada. A minha família pelo apoio nesta trajetória e nos momentos necessários.

A Prof.^a Sueli da Silva Saraiva, que me acompanhou, transmitindo-me tranquilidade.

RESUMO

Esta monografia estuda a importância da Literatura Africana e da literatura Afro-Brasileira em sala de aula, na escola de Ensino Médio Padre Saraiva Leão, bem como discutir a Lei nº10.639/03 neste contexto, que ainda não configura nos interiores educacionais. Pretende-se com este trabalho contribuir para a reflexão sobre a riqueza da Literatura Africana e da Literatura Afro-Brasileira e de seu papel significativo na história e na construção intelectual deste país. Identificar também os desafios e possibilidades do ensino da cultura afro-brasileira no espaço escolar por professores, no uso de textos Literários e no ensino da cultura africana e afro – brasileira Contudo, este trabalho conta também com uma experiência da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), vivenciada em sala de aula nas turmas de 1º ao 3º ano na escola mencionada acima. Há anos os afrodescendentes buscam seu espaço na cultura e na literatura no Brasil. Não podemos abdicar de um legado que faz parte da história deste país e que em meios às paredes das senzalas, à escuridão do porão e nos campos das fazendas nossos negros africanos nunca deixaram morrer a arte de suas raízes. Mesmo aprisionados, sempre manifestaram entre eles sua cultura, sua arte, sua literatura e sua religião, e assim as mantiveram durante séculos. Além disso, a literatura africana e afro-brasileira possibilita a construção de valores morais e ensinamentos que propiciam “aos jovens” construir afirmativamente sua identidade racial, conhecendo elementos sobre seus ancestrais que lhes forneçam a valorização e o orgulho do seu pertencimento racial, indo além das perspectivas, que sempre é enfocada nas escolas, desenvolvendo dessa maneira, a autoestima e autoconceito positivo. Percebe-se, que esta temática na realidade escolar parece ser encarada com pouco interesse pelo corpo docente, tendo em vista, que o preconceito racial enraizado historicamente e sua naturalização é um fator que desestimula o docente, na educação, a questão étnica e racial acaba silenciada. Não havia incentivo para que as escolas e materiais didáticos colocassem referências positivas dos negros nos livros, filmes e músicas. O educador precisa estar ciente das leis e dos parâmetros que regem a educação, sua gestão, estratégias e organização. Torna-se indispensável o incentivo efetivo dessa prática didática em possibilitar um resgate histórico-cultural de uma ancestralidade extremamente representativa no povo brasileiro.

Palavras chaves: Literatura Africana e Afro-Brasileira,

Lei nº: 10. 639 / 03, Relações Étnicorraciais, Ambiente Escolar

SUMÁRIO

Introdução.....08

Capítulo I.

O livro didático e paradidático: Carência da temática africana e afro -
brasileira..... 12

Capítulo II.

Formação continuada de professores para a aplicação da Lei 10.639/03: uma
necessidade para a aplicabilidade..... 19.

Capítulo III.

Experiências em Língua Portuguesa, desenvolvendo a Lei 10.639/03 através da
Literatura Africana e Afro-brasileira.....26

Considerações Finais.....34

Referências Bibliográficas.....36

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades do ensino da cultura afro-brasileira no espaço escolar, sendo dado enfoque na perspectiva contemporânea, temática necessária na atualidade para refletirmos e pesquisar a importante contribuição da cultura afro-brasileira para a construção e formação da população brasileira.

A proposta da educação no ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana estabelecida pelas Leis 10.639/03 e 11645/08, alterou a Lei de Diretrizes e Bases - LDB passou a exigir que as escolas brasileiras de ensino Fundamental e Médio incluíssem no currículo o ensino da história e cultura afro-brasileira, com vistas à valorização e reconhecimento das contribuições que os negros legaram ao país, tornando-os peça-chave na construção da identidade nacional. Esta Lei inserida no currículo escolar traz uma nova abordagem a temática, pois se propõe investigar fatos que não foram contados e sim negados, vistos apenas sob uma ótica eurocêntrica. Frente a essas questões, cabe ao professor a busca e a promoção de transformação na educação, principalmente rompendo com os velhos paradigmas existentes.

Neste trabalho será levantado o seguinte problema: Quais os desafios e possibilidades encontradas pelo professor no uso de textos literários e no ensino da cultura africana e afro-brasileira no ensino médio?

A pesquisa com a temática em questão é qualitativa, bibliográfica e literária na qual trabalha com descrições e interpretações, onde o campo de observação é a Escola de Ensino Médio Padre Saraiva Leão, localizada em Redenção- Ce. Pesquisar o assunto é fundamental para compreender como se dão as relações raciais no interior da escola, visto que este espaço é lócus de relações sociais que estruturam e marcam o processo de socialização do jovem.

Sendo a pesquisa uma atividade teórica de conhecimento, fundamentação, investigação, diálogo e interação com a realidade, pretende-se com este trabalho discutir os desafios e as possibilidades do uso de texto literários e aplicação da Lei 10.639/03 na escola objeto de pesquisa, ouvindo as inquietações dos professores sobre a sua realidade, os quais são desafiados a cada mudança e alteração nas leis deste país.

Contudo será abordado também o ensino afro-brasileiro, a posição de alguns teóricos sobre o referido assunto e a necessidade da cultura afro-brasileira no espaço escolar, ressaltando as alterações atuais da Educação – LDB, Lei de Diretrizes e Bases. Como um ensino sobre cultura afro-brasileira, os currículos da escola devem propor uma abordagem em prol da formação e afirmação de

identidades abertas a pluralidade cultural, desafiadoras de preconceitos, numa perspectiva de educação para a cidadania.

Este trabalho de conclusão de curso – TCC tem os seguintes Objetivos: Despertar nos educando o ideal de que a diferença pode ser bela e que a diversidade é enriquecedora e não sinônimo de desigualdade. Também irá desenvolver os Objetivos Específicos: Discutir sobre a diversidade da literatura com foco na literatura dos contos africanos; Reconhecer a relevância de estudar a história da África como parte do currículo escolar; Valorizar a leitura como fonte de formação, informação e via de acesso ao mundo da literatura africana. Contextualizar as diversas influências africanas em nossa sociedade, tais como, na linguagem, vestimenta, alimentação e manifestações artísticas.

A Cultura afro-brasileira tem sido reconhecida em virtude da relevância entre outras coisas, de reconhecer as consequências psicológicas para a criança ou jovem negra (o) dentro de um processo pedagógico que não reflete a sua face e a sua cultura com processo educativo, resultando em um complexo de inferioridade na criança ou jovem negra.

A escola como parte dessa sociedade tem produzido a exclusão de grupos que não correspondem aos padrões culturais dominantes. O negro considerado "numa sociedade fundada em bases escravocratas" foi e ainda é alvo de forte preconceito, observando no cotidiano dos indivíduos, nas relações sociais e nos meios de comunicação. Como bem ressalta Cavalleiro (2000): " O preconceito sinaliza, suspeita, há intolerância e ódio irracional".

Abre-se a escola a possibilidade de empreender, em seu cotidiano, uma reflexão que integra, de maneira ímpar, teoria e prática, reflexão e ação. Pois, ainda hoje, a mesma, encontra-se marcada por práticas culturais arraigadas.

Para Munanga (2000), a educação escolar, embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um espaço de destaque, e afirma se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços.

O preconceito opera como um processo que acarreta desvantagens para alguns grupos, em especial para o grupo negro que uma vez inserido na escola, dependendo da prática pedagógica adotada, na maioria das vezes não é reconhecido, nem tão pouco sua cultura é valorizada, resultando, em exclusão e fracasso escolar.

Os professores têm questionado a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e africana no espaço escolar, sob o argumento de não estarem preparados e não terem formação adequada para tal temática, embora seja verdade isso não

pode servir para justificar a ausência desse tema e contribuir com o silêncio e omissão do que propõe a lei e a história social brasileira necessita.

É necessária a busca através das pesquisas, análises, reflexões, questionamentos, ou seja, uma investigação para que se possa chegar a um objetivo: a informação que atente para a diversidade. A diversidade étnico-cultural está presente diariamente no contexto brasileiro, expressando-se na música, na dança, na culinária, na nossa língua portuguesa e entre inúmeras atividades em nosso cotidiano.

Para tratar destas questões é preciso ir além da constatação, da contemplação e da folclorização que muitas vezes se faz em torno das diferenças existentes. É por essa razão e muitas outras que a escola se defronta com pontos de tensão entre diversidade e homogeneidade. É preciso pensar na necessária abordagem e articulação entre educação e a perspectiva multicultural, para que os educadores possam assumir a responsabilidade de desconstruir as atitudes e posturas discriminatórias e preconceituosas que persistem na atualidade.

Para Stuart Hall (2006), no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Numa abordagem antropológica, a identidade é uma construção que se faz com atributos culturais, isto é, ela se caracteriza pelo conjunto de elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural. A identidade confere diferenças aos grupos humanos. Ela se evidencia em termos da consciência da diferença e do contraste do outro.

O poema a seguir retrata a mulher como sempre sujeito ou figura poética e na tematização do homem oprimido, concentra na mulher as direções do sonho de libertação nos anos 50-60. E o sonho é portador de extrema esperança, mas e aí reside à diferença com a maior parte da poesia dos seus contemporâneos, nutrindo-se de ideais intemporais e universais como justiça, fraternidade/solidariedade, amor e paz, vão além da construção da nação... (MATA, 2001, pp.109-110)

PRESENÇA AFRICANA

E apesar de tudo,
Ainda sou a mesma!
Livre e esguia, O
filha eterna de quanta rebeldia
me sagrou.

Mãe-África!

Mãe forte da floresta e do deserto,
ainda sou, a Irmã-Mulher
de tudo o que em ti vibra
puro e incerto...

Benguela, 1953 (de Poemas, 1966)

Capítulo I

O livro didático e paradidático: carência da temática africana e afro-brasileira.

É notória a importância de uma prática interdisciplinar e transversal para a renovação do ensino brasileiro. A exigência de um trabalho interdisciplinar com a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, vem corroborar com este desejo de inovação.

Um dos grandes obstáculos do ensino da cultura afro-brasileira é a carência de materiais didáticos e paradidáticos, mesmo porque em alguns livros ainda têm a visão do negro sempre humilhado e explorado. Outro fator é falta de professores preparados e dispostos a quebrar os velhos paradigmas dando um novo rumo à educação para a promoção da diversidade cultural, sendo que em algumas escolas e Universidades há essa formação para professores. É necessário ir além da escravidão nas aulas de História do Brasil, mesmo porque, é notória como a história do negro que é contada nos livros didáticos e pela mídia começa e termina em um mesmo fato: a escravidão.

O livro didático deve atender as novas perspectiva do século XXI, e abordar a cultura afro-brasileira e africana sem estereótipos negativos. Com isso destaca Bittencourt (1997) que:

[...] é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca. (BITTENCOURT, 1997, p.72).

Contudo, é notável o quanto o currículo educacional reproduz as concepções, os valores e as ideias a partir de uma ideologia que rejeita tudo e quaisquer que sejam as atitudes que possam representar ameaça para a manutenção da estrutura vigente. Ou por certa vez, a rejeição da alteridade, na verdade, é do reconhecimento do outro. Os sujeitos estão influenciados e incorporam as concepções que marcam violentamente aqueles que se acomodam.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, depois da aprovação da Lei 10.639/03, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização da cultura da matriz africana a qual a diversidade cultural brasileira está imersa.

Para isso, os professores exercem importante papel no processo da luta que ajudará a diminuir o preconceito e a discriminação racial que está presente no Brasil. De acordo com Timbó (2009 p.7): “as políticas de formação docente precisam ter como pressuposto a redefinição das concepções de educação, História, prática pedagógica, ensino e pesquisa”. O livro didático, que é peça fundamental, precisa ser revisado, pois em muitos casos apresenta informações insuficientes, e como é um dos meios mais utilizados pelos estudantes para sua formação, é necessário estar adequado para que os discentes desenvolvam seu senso crítico a partir dele. Ainda os livros didáticos deveriam apresentar imagens diversas do negro, em especial dos afrodescendentes como integrante ativo da sociedade brasileira.

Dessa forma, a escola muitas vezes silencia diante de situações que fazem seus alunos alvo de discriminação, transformando-se facilmente em espaço de consolidação de estigmas e de homogeneização. Assim, não só a escola, mas também o professor está sujeito a uma escolha inevitável, ainda que inconsciente, quanto a ser agente privilegiado da expansão ou contração do preconceito e da discriminação. Ao refletir sobre esse posicionamento da escola.

OLIVEIRA (2003) afirma que:

Pensar a diferença é muito mais do que explicar que homens e mulheres, negros e brancos, distingue-se entre si, e antes entender que ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão. (OLIVEIRA, 2003, p. 161).

Contudo, a história da África e do negro, resume-se apenas quando se fala de escravidão, fortalecendo a figura do negro com alguém inferior, subtraindo assim a identidade de origem.

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a

fragmentação da sua identidade e auto-estima. (SILVA, 1995, p. 47)

Assim, o livro didático deveria, conforme RANGEL (2001, p.13):

(...) contribuir efetivamente para a consecução dos objetivos do ensino de língua materna, tais como vêm definidos em documentos oficiais, como os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais, assim é necessário que ele abstenha-se de preconceitos discriminatórios e, mais do que isso, seja capaz de combater a discriminação sempre que oportuno. (RANGEL, 2001, p. 13)

Porém, o que se é notado é que, em alguns livros didáticos ainda mostra o negro à margem da sociedade, como sendo um ser quase invisível e sem reação. Esse fato acaba por desenvolver nos alunos afro- descendentes certo constrangimento, pois frente a essas afirmativas, eles não querem e nem podem se orgulhar de pertencer a uma raça como é caracterizada, como é mostrada em alguns livros didáticos do Ceará.

As Leis referem-se a diversas temáticas para serem aplicadas nas disciplinas de Educação Artísticas, Literatura e história Brasileira, dentre outras. Desta forma, essas temáticas podem ser destacadas, a história da África e dos Africanos, a luta dos negros e dos índios no Brasil, a culinária, as datas comemorativas do calendário afro-brasileiro, a dança, a capoeira dentre outros aspectos. Neste contexto, segundo PEREIRA (2008, p.8), “[...] a inclusão dos valores culturais afro-brasileiros nos currículos escolares representa o reconhecimento de uma dívida da sociedade para com os africanos e seus descendentes [...]”.

O ensino é uma forma sistemática, utilizada pelo homem para instruir seus semelhantes, em locais denominado escola. Para LIBÂNEO (2002), o ensino pode ser dividido em três modalidades: o ensino formal, o ensino informal e o ensino não formal. O ensino formal é aquele praticado pelas instituições de ensino, com respaldo de conteúdo, forma, certificação, profissionais de ensino. O ensino informal está relacionado ao processo de socialização do homem. Ocorre durante toda a vida, muitas vezes até mesmo de forma não intencional. O ensino não-formal, por sua vez, é intencional. Em geral é aquele relacionado aos processos de desenvolvimento de consciência política e relações sociais de poder entre os cidadãos, praticadas por movimentos populares.

Contudo o ensino deve também atender as necessidades culturais e sociais, pois a escola do século XXI necessita organizar seu Projeto Político Pedagógico, na

intenção de desenvolver um currículo de forma integrada, flexível de maneira que os conteúdos, mesmo que ainda organizados em disciplinas, ou não, sejam abordados por temas africano e afro-brasileiro nas mesmas. Por sua vez, deve-se mantê-las articuladas com a intenção de que os saberes construídos pelos jovens venham a ajudá-los na análise, interpretação, compreensão e problematização dos fatos e dos fenômenos da realidade complexa em que vivem. Desse modo, o professor se vê diante de diferentes desafios, entre os quais, o de encontrar o meio termo entre o desafio à lógica disciplinar e a sistematização dos conteúdos.

Recordando aqui as Leis nº 10.639/03 e 11.645/03, que inclui a cultura indígena, alterou a LDB e passou a exigir que as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio incluíssem no currículo o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena foi um importante passo para o fomento da pluralidade no espaço escolar.

A cultura africana, afro-brasileira passou a ser por Lei tema indispensável nas salas de aulas, como também a questão racial que antes era visto fora da escola, fará parte como um dos seus componentes. Ressalta NASCIMENTO (2006) que:

A chamada “questão racial” só entrou de fato na agenda de debates das políticas públicas na metade dos anos de 1990. De uma forma geral, foi nesta década que a sociedade, o governo da União, as escolas e universidades, a mídia e outros entes estatais e privados passaram a discutir mais profundamente o racismo, o preconceito, a discriminação, a desigualdade racial e políticas contra esses problemas. Esse fato é resultado da luta histórica do Movimento Social Negro. (NASCIMENTO, 2006, p.8)

E dando continuidade NASCIMENTO (2006) acrescenta:

[...] Um dos resultados positivos dessa luta histórica é que, hoje, mesmo com resistências de alguns setores da sociedade, não é mais possível negar que o racismo é uma questão presente na realidade concreta e que são necessárias políticas públicas chamadas de ação afirmativa – políticas específicas de promoção de igualdade de oportunidades e de condições concretas de participação na sociedade – para a superação do racismo, da discriminação e das desigualdades raciais (NASCIMENTO, 2006, p. 8).

Segundo BITENCOURT (2002), o livro didático tem sido objeto de avaliações contraditórias nos últimos tempos. Existem várias críticas sobre ele, e uma delas é de culpá-lo pelo estado precário da educação formal. Por outro lado, é necessário que se perceba que o livro didático continua sendo um material referencial de professores, pais e alunos, ou seja, da sociedade, como auxílio e subsídio no processo da aprendizagem.

Contudo, o livro didático constitui em um importante instrumento no processo de socialização, tendo o professor como mediador e serve de apoio às atividades como aos alunos. A função específica do livro didático é auxiliar o professor na tarefa de mediar o saber, cabendo a ele utilizar esse instrumento de forma racional, ajudando a democratizar e socializar o conhecimento elaborado, bem como abrir a possibilidade de crítica dessa herança e criação de novos saberes por parte dos educandos.

Havendo a carência de trabalhar a Literatura africana e afro-brasileira em sala, é identificado a “Discriminação racial escolar”, onde demonstra que os afrodescendentes, em sua luta pela superação da condição de miseráveis buscaram na escola, meios que os ajudassem a superar a exclusão social as que estavam submetidos.

Na escola, porém, sentiram “na pele” uma educação voltada para o branqueamento cultural, denominada por MUNANGA:

Como a “ideologia do branqueamento” que “se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos. (MUNANGA, 2006, p. 23).

É importante ressaltar que este processo educacional que induz a interiorização e discriminação racial contra os negros e seus descendentes foram, e continua sendo, muito presente em nossas escolas. “Ao ingressar na escola, o negro e a criança afrodescendente, vê suas referências ancestrais sempre como complementares à economia de outros povos, como europeus e brasileiros”. (ANDREI & FERNANDES, 2007, p.11).

Uma outra temática que precisa ser vista nessa discussão, diz respeito ao racismo existente nos ambientes escolares. Pesquisas realizadas nos mostram que:

... o racismo é ingrediente básico das dinâmicas e relações interpessoais entre os profissionais da educação e as crianças, e a operação dele no cotidiano escolar permite uma nítida separação de alunos em sala de aula de acordo com o pertencimento racial. Tal procedimento pode ser percebido pelas crianças, todavia há convivência e/ou negligência dos adultos, daí pressupõe que esses atos se difundem por todo o sistema de ensino, que, por sua vez, desemboca na sociedade como um todo. (CAVALLEIRO, 2005, p. 82).

Entretanto, percebe-se a baixa qualidade de oportunidades educacionais oferecidas aos negros, sejam crianças e/ou adolescentes. Percebe-se, que nesses espaços, ocorrem tratamentos diferenciados que conduzem os mesmos, à exclusão, a um sentimento de inadequação ao sistema escolar, à inferioridade racial e conseqüentemente, às piores taxas de analfabetismo e evasão escolar.

É no espaço escolar que em sua maioria inicia a construção da subjetividade das crianças e jovens negras, e neste, ocorrem os seus primeiros contatos com preconceitos, estigmas e racismo.

O dia-a-dia de uma escola pode ser o meio de dissipação ou dispersão de atitudes preconceituosas. Assumir a situação, concebendo que a desigualdade existe é basilar para uma mudança, na medida em que se compreende a escola como aparelho ideológico.

Assim descreve MEKSENAS, (2003):

Mesmo admitindo que a escola transmita os valores das classes dominantes, cabe refletir: os alunos seriam sempre de modo homogêneo, aceitando tudo, como se fossem máquinas? (...) O processo de transmissão de ideologia na escola não ocorre sem conflito. Aos valores da classe dominante que os professores conservadores impõem na sala de aula, os alunos reagem de modo dinâmico (...) (MEKSENAS, 2003, p.81)

A desigualdade racial nas escolas é uma realidade marcante no histórico brasileiro e o que é oferecido nestes espaços, sejam da infra-estrutura ao pessoal, é uma existência marcada por lacunas que ferem os direitos de crianças e jovens ter um espaço de socialização que lhes permita uma convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento.

É importante ressaltar que “combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola” (BRASIL, 2004, p. 14). Por outro lado, não temos como perder de vista que essa instituição tem um importante papel na transmissão de conhecimentos e valores que, conseqüentemente, refletirão na formação de cada indivíduo, desempenhando, assim, um papel fundamental na formação de futuros cidadãos. Desse modo, a escola se constitui como um espaço privilegiado na promoção e transmissão de valores e conhecimentos.

Portanto, ao mesmo tempo em que defendemos a escola como um lugar propício para a desconstrução do racismo, percebemos que essa instituição ainda privilegia e transmite valores centrados numa visão predominantemente eurocêntrica.

Contudo a inclusão do tema história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos da Educação básica brasileira é um momento histórico impar, de crucial importância, porém ela traz uma necessidade de professores qualificados para este trabalho, pessoas sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes e palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se investir na formação inicial e continuada dos professores, para que, além da sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo, criar estratégias pedagógicas que possam auxiliá-las e reeducá-las.

A literatura africana e afro-brasileira pode ser utilizada como uma proposta didática que possibilitem a construção afirmativa da identidade racial, uma vez que os mesmos discutem aspectos culturais e históricos do continente africano e do Brasil e fomentam o pensar criticamente sobre a diversidade de realidades que permeiam nosso cotidiano.

CAPÍTULO II

Formação continuada de professores para a aplicação da Lei 10.639/03: uma necessidade para a aplicabilidade.

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”. NELSON MANDELA

O processo de formação continuada de professores para as questões étnico-raciais, nos dias atuais, tornou-se, após a publicação da Lei Federal nº 10.639/03, algo indispensável nas relações de ensino e aprendizagem nas unidades educacionais.

A formação continuada oferece possibilidades para o professor aprofundar-se em temáticas que estão presente em sua prática docente, podendo debater com outros colegas questões relevantes para o melhor desenvolvimento dessas práticas.

Os autores GONÇALVES e SILVA (2006, p.16), ao analisar a Legislação Federal 10.639/03 sob o olhar da diversidade cultural, chamam a atenção para os diversos significados do multiculturalismo (multiculturalismo é um princípio que defende a necessidade de se ir além das atitudes de tolerância entre diferentes culturas num mesmo território ou nação), enfatizando o movimento de ideias resultando de um tipo de consciência coletiva, para o qual as orientações do agir humano se oporiam a toda forma de “centrismos” culturais. Dessa forma, a pluralidade cultural torna-se o centro das preocupações das autoridades responsáveis em desenvolver políticas multiculturais para os menos favorecidos, destacando que, enquanto houver qualquer forma de etnocentrismo, não haverá política multicultural.

Nessa nova proposta educacional, com a implementação da Lei, será preciso rever o saber escolar e também investir na formação do educador, possibilitando-lhe uma formação teórica diferenciada da eurocêntrica. Segundo ROCHA (1994), Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. Dessa forma, o currículo escolar até hoje visto, deverá ser revisado, e a escola necessita mostrar aos alunos que existem outras culturas. Assim os PCNs demonstram sensibilidade em relação à diversidade das culturas, argumentando a favor de rupturas com uma

história autocentrada no nacional, na Europa e na cultura branca. A alteridade e o respeito às diferenças constituem pilares centrais da formação das identidades das novas gerações e das finalidades do ensino.

Sendo assim a escola terá o dever de dialogar com tais culturas e reconhecer o pluralismo cultural brasileiro.

A proposta de uma educação voltada para a diversidade coloca a todos nós, educadores, o grande desafio de estarmos atentos às diferenças econômicas, sociais e raciais e de buscar o domínio de um saber crítico que permita interpretar - las. Nesta proposta educacional, será preciso rever o saber escolar e também investir na formação do educador, possibilitando-lhe uma formação teórica diferenciada da eurocêntrica.

E o ponto de partida é repensar as práticas pedagógicas e curriculares, levando em consideração a pluralidade cultural. Nesse sentido ressalta CANDAU (2002):

A inclusão do tema pluralidade cultural no processo educacional procura favorecer a mudança de mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias. Estas são as finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa da sociedade como um todo. Nesse processo se afirma que a escola tem um papel central no combate à discriminação, na divulgação das contribuições das diferentes culturas e na eliminação dos conceitos preconceituosos a respeito dos grupos e povos que conformam o Brasil. (CANDAU, 2002, p. 138).

Embora seja um desafio uma escola igualitária, é possível a construção de uma escola que reconheça que os alunos são diferentes, que possuem uma cultura diversa e que repense o currículo, a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais. Assim, pode-se perceber que a exclusão escolar não está relacionada somente com o fator econômico e social, como também relacionada à sua origem étnica (étnico é um grupo de indivíduos que têm uma certa uniformidade cultural, que partilham as mesmas tradições, conhecimentos, técnicas, habilidades, língua e comportamento).

A formação contínua não abrange apenas o professor, mas também inclui os outros profissionais da educação, como os diretores, os orientadores educacionais, os supervisores pedagógicos, ou seja, todos aqueles que estejam inseridos na área educacional. O professor é sempre o mais cobrado e penalizado no que diz respeito a formação continuada, mas é necessário que todos tenham a consciência da sua

missão e de seu compromisso com a educação. Até mesmo os pais e familiares devem atentar para tais questões, afinal como poderão cobrar a presença da temática nas salas de aulas se não procurarem se informar o que é a Lei e o que ela propõe.

A partir das pesquisas realizadas por GOMES(2010) em resposta a entrevista, publicado na revista Nação Escola, ela desabafa:

[...] Nosso grande desafio talvez seja mostrar para esse professor que se pode trabalhar a temática racial com todos esses outros conteúdos, e muitas vezes ela pode enriquecer a compreensão dos alunos e a dinâmica de trabalho do professor. (GOMES, 2010, p.09)

Na pesquisa organizada pelo antropólogo KABENGELE MUNANGA, Superando o Racismo na Escola, vários teóricos afro-brasileiros, como GOMES, HELOISA PIRES LIMA, VERA NEUZA LOPES, entre outros discutem a questão relacionada à preparação dos professores para lidar com o ensino das relações étnico-raciais, inseridos no contexto escolar como forma de se oporem as manifestações de preconceito e discriminação.

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã (MUNANGA, 2005, p. 15).

Contudo percebemos que atualmente temos armas para lidar com qualquer situação que nos oponha a compreensão do respeito, basta praticarmos as ações.

Para tanto, o docente deve suscitar discussões em sala de aula que levem à reflexão sobre esta temática, fazendo-se reconhecer a História e cultura africana e afro-brasileira, eliminando assim a visão ideológica negativa que permeia o pensamento com relação aos africanos e afro -descendentes ao longo dos séculos, em nosso país.

Contudo a importância de pesquisar e estudar sobre a história da África se dá na medida em que cada vez mais professores se convencem do valor dessa matéria para explicar, e valorizar a contribuição das culturas africanas na formação do povo brasileiro e de sua participação na história do Brasil, uma vez que essa história desvenda a identidade dos afro-brasileiros, que há muito tempo vinha sendo reproduzida na educação brasileira, encoberta por representações inferiorizantes. A história da África permite a valorização aos afro-brasileiros, pois à vida do homem livre, dá a ele também mais um viés de sua história que não seja pela escravidão. Sobre a importância do estudo de história da África.

Assim, MELLO e SOUZA (2012) apresentam seu posicionamento:

Minha posição é de que somente conhecendo bem as sociedades africanas, suas histórias e os processos que nos ligam a elas, assim como desvendando as noções por trás da construção histórica e ideológica dos preconceitos contra o africano e o negro, teremos condições de analisar com consistência as manifestações afro-brasileiras e o lugar que os africanos e seus descendentes ocuparam no passado e ocupam no presente, no contexto da sociedade brasileira como um todo. (MELLO E SOUZA, 2012, p. 22)

Os autores MELLO e SOUSA (2012), nos diz que para continuarmos avançando no sentido da produção e transmissão de conhecimento de qualidade, será necessária a continuidade de estudos e pesquisas, pois embora os resultados sejam cada vez melhores, maiores são as exigências para a implementação da lei.

Tais políticas contemplam a reformulação dos currículos escolares abrangendo a História da África e Afro-brasileira, a valorização do papel do negro, a combate a ideias e posturas racistas na escola, os financiamentos para melhoria de acesso e permanência ao ensino e a garantia de políticas públicas educacionais específicas para a população Afro- descendente.

Entretanto é necessário levantarmos discussões que possibilitem às pessoas a compreensão dos níveis de desigualdades que fazem parte do país, uma vez que a sociedade brasileira é um ambiente de grande disparidade, e como não poderia ser diferente a escola une tudo isso.

Os cursos de formação, sendo estes de base ou formação continuada de professores, precisam acontecer sobre o princípio da reflexão, contemplar a diversidade e explorar um mundo em constante mudança, com diferenças, mas que não se tornem ponto de divergências, mas diversidades a serem contempladas. Em se tratando de cursos de formação que contemplem a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, espera-se que seu currículo seja sustentado sobre bases que

contemplem as habilidades prático-reflexivas do professor. “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p.39). Trata-se de aproximar-se o saber acadêmico com o fazer pedagógico, fomentar as atividades e ações didáticas, que nascem como resposta as situações reais do cotidiano.

De acordo com Silva (1990), ao projetarmos estas indagações à formação de professores, as temáticas étnicas racial e culturais devem exercer na prática, o trabalho das questões éticas, políticas, sociais. Assumindo um compromisso social, no sentido de melhor desenvolver a igualdade sócio- cultural que deve acompanhar o compromisso docente. Que nas palavras de FREIRE (1996, p.36) significa: “rejeitar qualquer forma de discriminação, referente à raça, classe, gênero. Que possa ofender a personalidade humana e negar a democracia”.

Em seu posicionamento por essa lei, SILVA (2007, p. 39-52) apresenta, que vale a pena lutar:

A lei 10.639 é, sem dúvida, uma prática pública de inclusão e ação afirmativa e, ao mesmo tempo, resultado de um intenso movimento de luta antirracista no Brasil, destacando-se por sua capacidade multiplicadora, na medida em que pode gerar uma série de iniciativas voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira, bem como servindo de estímulo à reconstrução da identidade afro - descendente. (SILVA, 2007, p. 39-52)

Assim, a própria educação se fará por meio de conhecimentos significativos ou válidos, próximos da vivência do aluno, do professor e da comunidade, situando as contribuições historicamente produzidas nos diversos campos do conhecimento e, mais ainda, ampliando a sua visão sobre as construções históricas na tomada de consciência de seu papel de protagonista.

No entanto a aprendizagem significativa estabelece, ultrapassa os muros da escola, em relações interdisciplinares e transdisciplinares, englobando o mundo escolar e o mundo vivido como um elo em que não se delimita o seu ponto de origem e o seu término. Toda via, para que esse emaranhado de transformações ocorra será necessária uma formação bem alicerçada do profissional da educação.

Nesse seguimento, ROMÃO (2003) chama atenção para necessidade e importância por parte dos educadores, na busca em desenvolver a construção de uma educação antirracista.

Ao olhar alunos que descendem de africanos, o professor comprometido com o combate ao racismo deverá buscar conhecimentos sobre a história e cultura deste aluno e de seus antecedentes. E ao fazê-lo, buscar compreender os preconceitos embutidos em sua postura, linguagem e prática escolar; reestruturar seu envolvimento e se comprometer com a perspectiva multicultural da educação (ROMÃO, 2003, p. 20).

Assim, a historicidade do povo negro no Brasil sempre foi carregada de uma imagem negativa.

O ensino de História torna-se atuante ao reformular seus conceitos em relação ao negro como sujeito histórico, pois durante muito tempo se utilizou de práticas de ensino que buscava focar a cultura do europeu, repassando a imagem do negro como submisso e o estudo sobre o continente africano de forma fragmentada.

Por um longo período as práticas do cotidiano escolar se voltaram para a exaltação e apreciação da etnia racial como referência nos fatos históricos. Hoje em razão das políticas de ressarcimento a cultura do negro.

A luta então se fortaleceu no resgate dessa identidade fragilizada, sob a égide do Movimento Negro unificando que, por meio da fomentação de lei 10.639 no senado Federal, aprovou a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura africana e dos afrobrasileiros. Chega neste momento, ao cotidiano escolar, oportunidade de desvendar o outro lado da história, seus motivos, costumes, tradições, tão silenciados ao longo de séculos de euro centrismo na educação brasileira. (SOUSA, 2007, pág.12)

Para tanto somos conhecedores das ações que buscaram rever os prejuízos históricos sofrido pela população negra no Brasil, no entanto cabe a todos os docentes que vivem o cotidiano escolar o empenho para tornar realidade às causas defendidas pelas políticas reparativas que se apresentam em defesa dessa questão.

A construção de teorias que sempre apresentou o negro como individuo inferior incutiu no imaginário nacional a classificação do negro como escravo não repassando assim uma imagem de homem pertencente a um continente riquíssimo de história e que foi transformado em escravo com objetivo de atender os interesses econômicos do colonizador.

O reconhecimento do outro na diferença é algo que continuamente o indivíduo vai se deparando na construção de sua formação e também formando sua identidade, educar numa perspectiva de se reconhecer as diferenças como algo a ser valorizado, é uma proposta desafiadora, porém, imprescindível para uma sociedade que gradativamente vai se diversificando, correndo o risco de engendrar crises de identidades provocadas pelos processos de globalização que enfatiza ideologias de homogeneidade.

CAPÍTULO III

Experiências em Língua Portuguesa, desenvolvendo a Lei 10.639/03 através da Literatura Africana e Afro-brasileira.

É preciso sentir a necessidade da experiência, da observação, ou seja, a necessidade de sair de nós próprios para aceder à escola das coisas, se as queremos conhecer e compreender. ÉMILE DURKHEIM

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) é um projeto que visa promover a iniciação à docência dos futuros professores dos cursos de licenciatura, para que estes possam atuar no âmbito da educação básica, em especial no ensino médio da rede pública. Tal projeto busca a estimulação desses futuros professores para que a partir das teorias apresentadas ao longo do curso de licenciatura haja uma melhor aproximação com a realidade vivida em sala de aula. Além disso, o PIBID busca não somente a melhor formação desse professor, mas também uma contribuição aos alunos das escolas contempladas com o projeto.

O Programa PIBID realizado nas escolas possibilita que novos saberes passem a ser gerados e, quando necessários, reestruturados. Segundo VYGOTSKY (1996), psicólogo russo precursor da psicologia histórico-cultural, mediação é o processo que caracteriza a relação do homem com o mundo e com os outros homens.

O programa é uma oportunidade de desfrutar desse conhecimento, romper as fronteiras das teorias e ir para o campo da prática, pois, é na sala de aula que podemos fazer essa conciliação tão desejada entre teoria e prática.

Compreende-se também que esse momento de alinhamento entre teoria e prática é benéfico não somente para nós professores, mas também para os bolsistas e os alunos, pois é uma troca de experiência onde todos saem ganhando.

Esses estudos possibilita aos bolsistas, a oportunidade de traçar experiências que deverão ser aplicadas durante toda sua trajetória como professor. Ademais, a prática docente será o instrumento mais significativo para os estudantes de licenciatura. São esses espaços criados através desses programas, que são capazes de aliar teoria e prática, que geram melhores formações docentes e, desse modo, possíveis melhorias na educação do Brasil.

Tive o prazer de participar do subprojeto "Leituras da África pela via da literatura", na Unilab, que objetivou desenvolver o sentido de orientação pedagógica e inserir os acadêmicos no contexto da Escola de Ensino Médio Padre Saraiva Leão, escola da rede pública de educação no Município de Redenção no Ceará, contribuindo para sua formação e promovendo a integração da educação superior com a educação básica.

O trabalho desenvolvido através da modalidade de Monitoria Paralela, com a orientação e acompanhamento dos coordenadores e supervisores do programa, envolveu turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio, nos turnos manha e tarde.

As intervenções ocorreram nas respectivas aulas de Língua Portuguesa. Os bolsistas ministraram oficinas sobre temas pertinentes à sua área de estudo. Atividades diversificadas tais como: oralidade, leitura e produção textual (oral ou escrita); discussão sobre temas transversais, tais como: cultura, diversidade e cidadania, publicidade, propaganda, documentários, gêneros literários.

As oficinas contaram com atividades de esclarecimento inicial do conteúdo, criação de cartazes, poemas, cartas, observando o relacionamento e desenvolvimento dos alunos. À medida que os conteúdos iam sendo ministrados, os alunos apresentavam melhora na assimilação das atividades propostas.

Experiências Pibidianas na Sala de Aula, ministrada pelos alunos, Celeste Cristina e Wenchelles: Exploração do Guia para Professores Cartas para Angola.

Esta oficina foi realizada no dia 06 de abril de 2016 (quarta-feira) das 15h30min. às 16h15min. (4ª aula) sobre o contexto africano a partir do gênero textual *carta*, na Escola Estadual de Ensino Médio Padre Saraiva Leão, no município de Redenção - CE, para alunos do 3º ano do ensino médio. O intuito principal da oficina foi o de apresentar "relatos de vida, de encontros e desencontros, de histórias puxadas pela memória e recontadas de um lado e de outro do Atlântico" (CANELAS, 2006). O propósito da oficina foi trabalhar um documentário acerca de cartas recebidas de cidades grandes do sudeste brasileiro para a capital de Angola (Luanda).

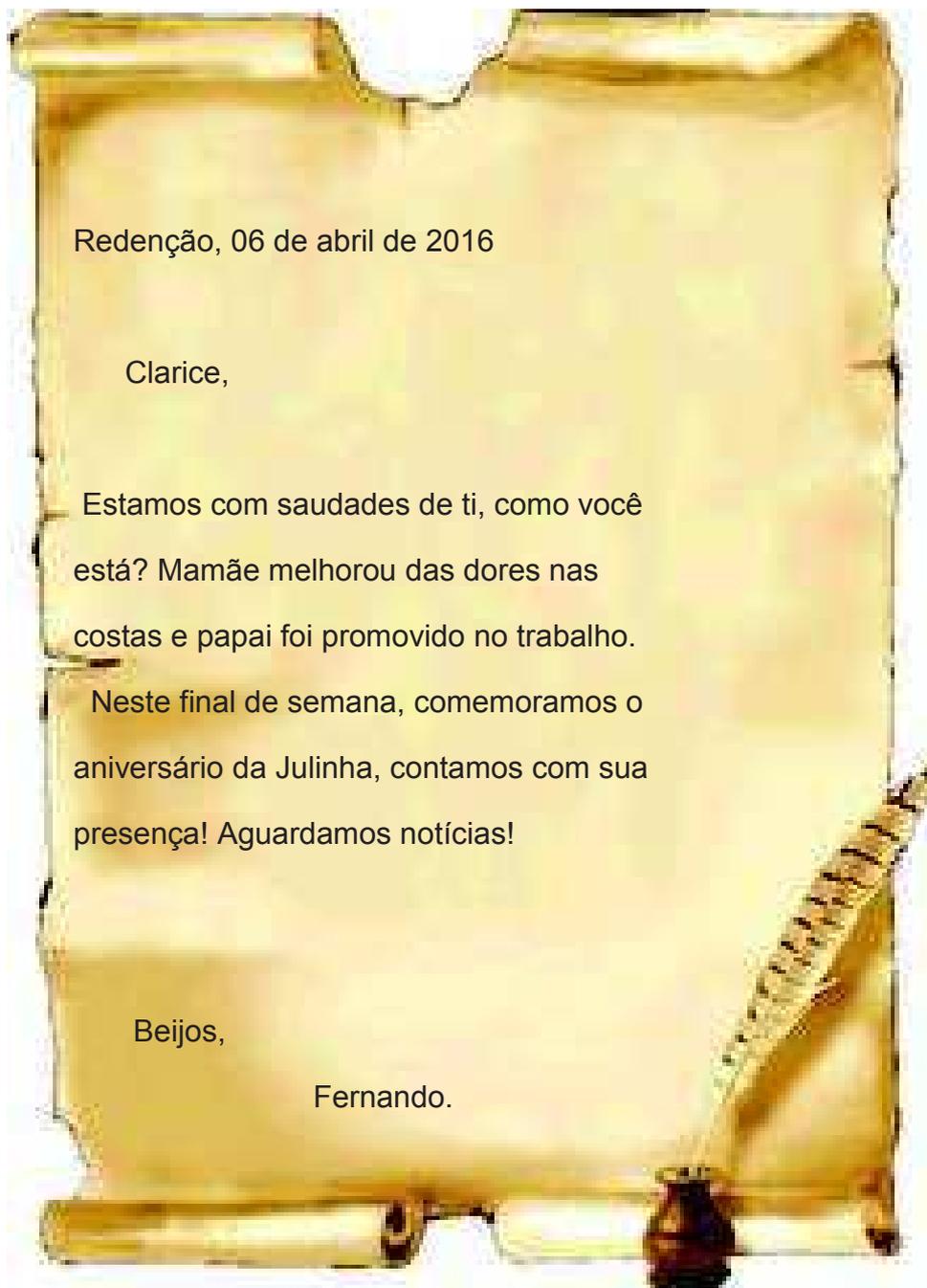
Neste documentário, realista, por força da própria definição do gênero, e poético, pelas vivências retratadas e pelo tom nostálgico e sonhador, pares de interlocutores comunicam-se Atlântico adentro através do que têm à mão: cartas carinhosas, recordações comuns ou pontes inventadas, humor, amor, afetos discretos e dispersos entre um muzonguê com um travo brasileiro, uns acordes de viola ou uma dança com reminiscências africanas em volta de um batuque.

Brasil e Angola são duas margens do Atlântico que possuem a mesma língua, um passado colonial em comum e muitas histórias compartilhadas. Também neste documentário, pessoas separadas por um oceano trocam correspondências – alguns são amigos de longa data, outros nunca se viram. Suas histórias se

entrecruzam e contam sobre fluxos de migração, saudade, pertencimento, guerra, preconceitos, exílio, distâncias. A busca da identidade e o fio da memória são conduzidos pela linha da afetividade, que une as sete duplas de interlocutores que o documentário nos apresenta: pessoas que traçaram suas histórias de vida entre Brasil, Angola e Portugal.

Segue em anexo um modelo da carta apresentada e trabalhada pelo bolsistas com a turma.

CARTA



Documentário: Cartas para Angola

Nesta aula também foi apresentado o mapa "Memória e Construções identitárias, afetividade e desencantos em 'Cartas para Angola'" (CANELAS, Letícia Gregório)



“Relatos de vida, de encontros e desencontros, de histórias puxadas pela memória e recontadas de um lado e de outro do Atlântico. A história do Brasil e de Angola, da colonização da América e da África pelos europeus – aqui e acolá, colonizadas especialmente pelos portugueses” (CANELAS, 2006, p. 2).

Luanda recebe cartas de cidades grandes do sudeste brasileiro. As cidades modernas, metropolitanas, sempre aparentam ter pontos de paisagens em comum; no entanto, Luanda ainda vive as sequelas e as memórias de guerras muito recentes (CANELAS, 2006, p. 2).

Neste filme, pessoas separadas por um oceano trocam correspondências, alguns são amigos de longa data, outros nunca se viram. Suas histórias se entrecruzam e contam sobre fluxos de migração, saudade, pertencimento, guerra, preconceitos, exílio, distâncias. A busca da identidade e o fio da memória são conduzidos pela linha da afetividade, que une as sete duplas de interlocutores que o documentário nos apresenta: pessoas que traçaram suas histórias de vida entre Brasil, Angola e Portugal.

Aprendendo sobre Angola e Brasil, África e o Mundo Atlântico – o ensino de história, línguas e literatura e a sensibilização para os temas através de “Cartas para Angola”.

Em 2003, a Lei 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” (CANELAS, 2006, p. 3).

A história recente de Angola pode ser abordada através da literatura angolana, a começar por uma das personagens do filme, Ondjaki – nome literário de Ndalú de Almeida –, jovem escritor angolano que revisita, em sua literatura, a história do período pós-independência em Angola, em um trabalho quase autobiográfico, revelando os conflitos, as contradições, o cotidiano e a sobrevivência de uma Angola entre guerras, através do olhar de um miúdo (CANELAS, 2006, p. 5).

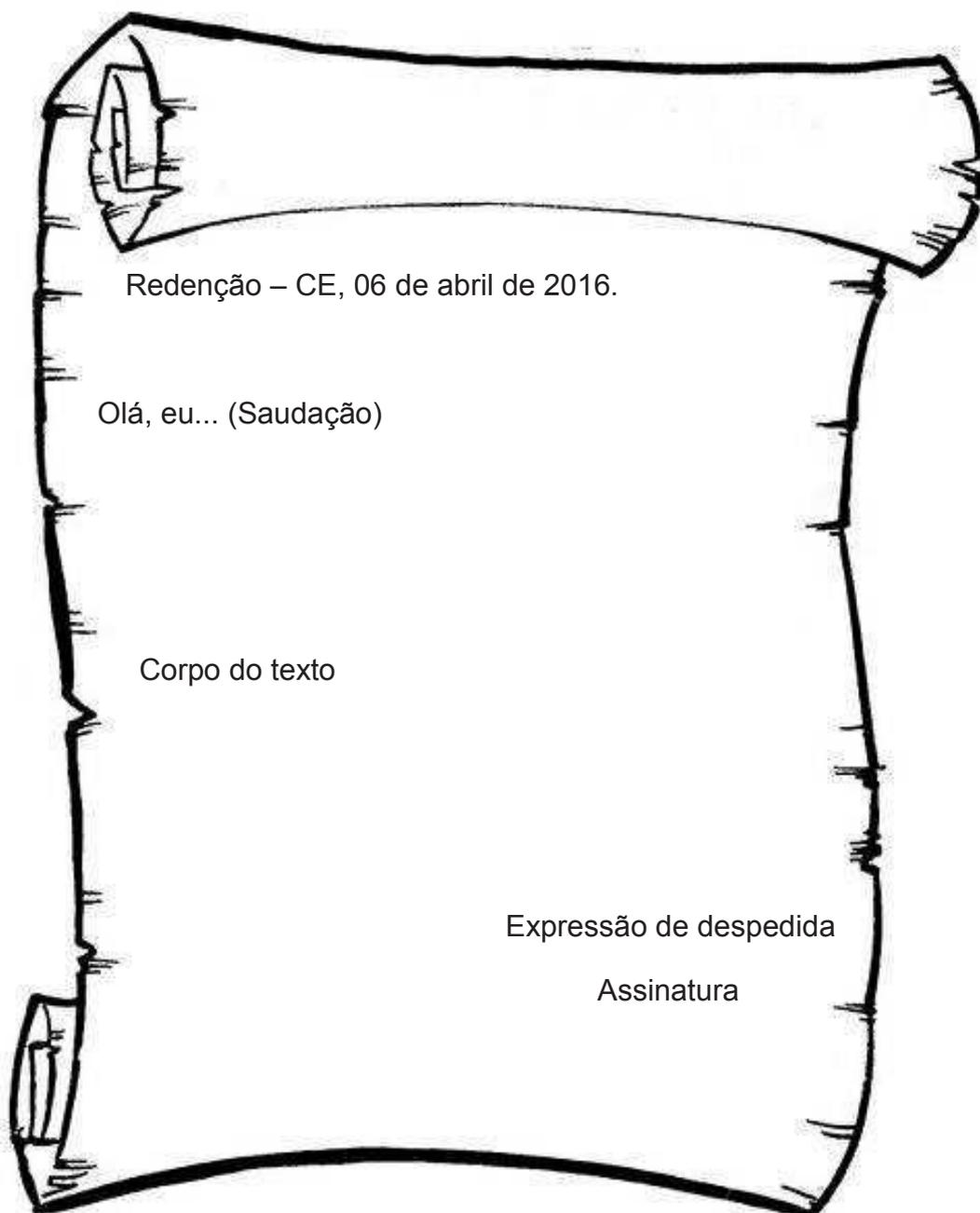
Cartas para Angola nos leva a esta viagem através da imagem do feijão de óleo de palma (óleo de dendê), que é servido nas refeições aos sábados em Luanda – assim como a feijoada no sudeste brasileiro, que tradicionalmente também é um prato dos sábados. A culinária angolana mostra seu colorido cultural também na panela com muamba de ginguba (frango com manteiga de amendoim) e na quizaca (feita com folhas de mandioca), na lembrança da experiência de exílio vivida através do aroma do muzunguê (sopa de peixe tipicamente angolana, que lembra uma moqueca de peixe) (CANELAS, 2006, p. 7).

Uma cidade é um lugar externo onde moramos, caminhamos e sonhamos com os olhos acordados mediante a vizinhança de amigos que nos cerca? Ou uma cidade é um lugar interno que nos persegue do lado de dentro dos olhos e mora em nosso coração, como âncora pesada que nos mantém presos a memórias e a lugares de outro lugar? (Ondjaki, em Cartas para Angola In: CANELAS, 2006).

Ao ser apresentado todo esse material a turma, tirado as dúvidas e diante de conversas com os alunos foi proposto a todos duas atividades. Veja o modelo abaixo:

1-Atividade: Cápsula do Tempo

Seria uma produção escrita a partir do que foi explicado sobre cartas para Angola e do documentário visto, contudo diante do direcionamento dos bolsistas, os alunos fariam um pensamento, planos, sonhos, algo que eles pretendem almejar no período de cinco anos, e ao concluir a produção que depositassem em uma garrafa pet para enterrá-lo no quintal de sua casa, e que só poderiam ver essa produção novamente em 2021 justamente daqui a cinco anos, pra ver se tinham conseguido alcançar o objetivo proposto há um bom tempo. Os bolsistas deram uma folha com o seguinte corpo descrito abaixo. Vale ressaltar que a turma a princípio gostou muito da atividade proposta e ao final da aula todos conseguiram realizar com sucesso o que lhes foi orientado pelos pibidianos. Sendo que os bolsistas ficaram satisfeitos com o resultado de mais uma tarefa realizada.



2. Atividade - Questionamento: Onde os alunos responderam em uma folha, e em seguida foi socializado em sala.

A. Na sua opinião, a carta tradicional, manuscrita, ainda é muito utilizada atualmente? Justifique.

B. Para você, quais os outros recursos tecnológicos semelhantes à tradicional carta são utilizados na atualidade? Liste-os.

Segundo os bolsistas, Celeste Cristina e Wenchelles o resultados obtidos, através da oficina, foram satisfatórios, visto que os alunos colaboraram durante toda a oficina e responderam com atenção e interesse a atividade (questionamento) proposta no final.

As intervenções possibilitaram ganhos não só aos alunos, como também aos bolsistas que atuaram na escola e puderam vivenciar a realidade docente e aperfeiçoar sua metodologia de ensino, obtendo assim um acréscimo na articulação entre teoria, prática e aperfeiçoamento em suas metodologias de ensino, no ambiente escolar, assim como a mim supervisora , pois através das vivências parte-se do pressuposto que as impressões retiradas da experiência de participação no Programa associadas à pesquisa estabeleçam inúmeras possibilidades de construção de modelos de processos formativos na minha vida profissional.

Com todos esses trabalhos as atividades oferecidas contribuem para aprendizagem dos alunos, no que diz respeito a ampliação da consciência humana percepção complexa do espaço escolar, proporcionando maior participação e integração dos mesmos.

A experiência do futuro Profissional de Licenciatura em Língua Portuguesa em vivenciar a atuação docente paralelamente ao seu período de formação é uma oportunidade enriquecedora, visto que ao presenciar a realidade de um ambiente escolar, o estagiário se depara com todo um acervo de dificuldades, desafios e situações, tendo, neste sentido, a oportunidade de aprender na prática formas diferentes de superar as adversidades para alcançar seus objetivos.

Posso afirmar que após as primeiras aulas já se ouvia os elogios aos bolsistas e os alunos perguntarem: “E os meninos do PIBID, vão vir hoje?”. As estratégias mostraram-se amplamente eficientes. A cada aula uma surpresa, motivação, aprendizado, entusiasmo, conquista, confiança e superação. Concordamos com LIMA (2009) quando menciona que:

[...] abra sua sala para estagiários que possam ajudá-lo. Lembre-se de que as faculdades de letras estão em busca de espaço para alunos estagiarem. Sua escola pode desenvolver projetos com a(s) faculdade(s), envolvendo os estagiários em ações pedagógicas dentro e fora de aula que promovam a autonomia dos alunos no ensino básico. (LIMA 2009, p.37)

E reafirmamos e defendemos essa opinião, pois sabemos que muitos professores ainda relutam a abrir as portas das salas de aulas aos iniciantes, do contrário, quem reflete e rever conceitos, toma essa atitude e se diz renovado.

Desse modo, foi importante ressaltar para as turmas contempladas com o projeto, o privilégio de interagir com os universitários, provocando reflexões de como a instituição os preparam, em um verdadeiro intercâmbio de conhecimentos. Outra afirmação de Lima vem corroborar o que foi mencionado até aqui: “Se você quer que seu aluno seja autônomo, além de incentivá-lo a usar a língua fora da sala de aula, dê a ele opções.” (LIMA 2009, p.37).

Os saberes evoluem, modificam-se ao longo do tempo. O conjunto de saberes adquiridos na família e na escola passa a ter um novo significado quando vivido no contexto do trabalho e compartilhados com os pares. A experiência possibilita uma consolidação de certos saberes que se mostram eficientes em certas situações, bem como uma reorganização de conhecimentos, habilidades e atitudes frente a situações novas.

A mediação entendida como processo que promove o acesso à produção da cultura, cuja apropriação transforma o modo de funcionamento do psiquismo humano, é, necessariamente, realizada pelo outro, representado, por sua vez, pelas pessoas de nossas relações. Nesse sentido, é possível pensar a mediação como intervenção, visto promover a transformação de dadas funções psicológicas.

A valorização das experiências pode proporcionar momentos ricos de reflexão e de debate dos bolsistas sobre as ações educativas que realizam junto aos alunos, e levar a vislumbrar alternativas para redimensionar, quando necessário, sua atuação em sala de aula e os métodos e estratégias sob uma nova dinâmica que represente, por meio da adaptação e da adequação das experiências relatadas, uma reestruturação das atividades desenvolvidas.

Considerações Finais

O maior líder é aquele que reconhece sua pequenez, extrai força de sua humildade e experiência da sua fragilidade.
(AUGUSTO CURY)

A cultura e a literatura afro-brasileira constituem as raízes de um povo sofrido e bravo que ainda luta para conquistar seu lugar na terra em que ele contribuiu para escrever a história. Deixemos as paredes das senzalas, a escuridão do porão e os campos das fazendas, para proclamarmos no contexto escolar o que foi legado aos brasileiros de seus ancestrais negros escravos não o sentimento de dor, mas as doces cantigas, os singelos poemas e as ricas expressões corporais e religiosas.

O dia da Consciência Negra e a Lei 10639/03 são aparatos para concretizarmos por meio da Educação o que realmente também faz parte do Brasil. A inclusão em seus currículos a história e a cultura afro-brasileira além da indígena. No entanto, não basta somente aplicar a Lei sem dar subsídios aos professores. As universidades e as escolas devem se preocupar com a formação de eficiência, a que prepara com excelência o profissional no ensino. Para que ele possa transmitir e debater com seus alunos de modo inteligente, legítimo e intelectual a verdadeira “faceta” do povo negro no Brasil. Somente deste modo, poderemos por entre “os muros” da escola, construir a real história do povo brasileiro, regada pela pluralidade e multirrelação entre os povos.

Concluo que a educação brasileira, em um olhar histórico, tratou em muitas vezes, de forma preconceituosa o negro e sua cultura. Tal exposição ajudou a perpetuar neste período, uma educação não igualitária e por consequência, inferior em se tratando de qualidade de ensino aos negros.

As reflexões apresentadas neste trabalho englobaram a luta do negro para ter a sua história e cultura devidamente ressignificado no ambiente escolar e na sociedade como um todo. Luta que continua sendo constante na vida dessas pessoas.

Por tanto, fez-se necessário, analisar o problema dentro do contexto maior em que este se insere como é o caso, da abordagem feita pelo livro didático, a respeito do negro. Como o preencher as lacunas para que o aluno afrodescendente ao abrir um livro didático de historia do Brasil em sala de aula, reconheça seus ancestrais, se identifique de alguma forma com as origens africanas e se sinta realmente sujeito ativo dessa história.

Diante disso, finalizo este trabalho com a sensação de ter apresentado algumas reflexões que podem configurar-se como úteis para os estudos da Literatura africana, Literatura afro-brasileira, desafios e possibilidades no espaço escolar sem restrições e resistência por parte dos educadores, educando e sociedade, fazendo valer de fato a Lei e as lutas do movimento negro e dos demais setores que contribuíram para a obrigatoriedade da temática nos espaços acadêmicos e escolares.

Vale acrescentar que a cultura afro-brasileira é uma cultura impar, e deve ser integrada as outras culturas do povo brasileiro, deve ser valorizada. Assim MUNANGA Ressalta que:

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas de exploração, predispueram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica (MUNANGA, 1986, p. 9).

Assim, percebemos dessa forma que o negro e o indígena foram as duas grandes vítimas preferenciais dos colonizadores europeus racistas que, julgando-se superiores àqueles, os dominaram, destruindo as suas culturas e economia.

Contudo, a desigualdade racial, antes de ser o problema em si, é o resultado de processos diversos, nos quais o racismo e seus desdobramentos, o preconceito e a discriminação, destacam-se como fontes primárias. O enfrentamento do tripé racismo – preconceito - discriminação precisa vir a se constituir no cerne da política de promoção da igualdade racial. O racismo é, pois, uma ideologia, um conjunto de crenças e preceitos que moldam a ideia de superioridade de determinados grupos sobre outros, a partir da identificação de distinções raciais.

Referências Bibliográficas

ANDREI, Elena Maria; FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. Cultura afro-brasileira, construindo novas histórias. Londrina: Idealiza Gráfica e Editora, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei no 10.639. Publicada em 09 de janeiro de 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília-DF; Ministério da Educação; 2004.

BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos: concepções e uso. Secretaria da Educação e Esporte de Pernambuco - Coleção Qualidade do Ensino, Série: Formação do Professor, Recife, 1997.

BITENCOURT, Circe. A importância do livro didático. Curitiba: Moderna, 2002.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discursos e práticas racistas na educação infantil: a produção da submissão social e do fracasso escolar. In: Programa Acorda Bahia – Educação, racismo e anti-racismo – Salvador: Novos Toques, n 4, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação Racial Pluralismo e nas Escolas Públicas de São Paulo. In: Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.65-104.

CANELAS, Leticia Gregório. Memória e Construções identitárias, afetividade e desencantos em "Cartas para Angola". In: Cartas para Angola. Laboratório Cisco: 2006.

Documentário: Cartas para Angola, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w6J7tFkJ8RI> Acesso: 16 de fevereiro de 2016 às 16h23min.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e Silva, Petrolnilha B. Gonçalves: O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos - 4. ed – Belo Horizonte: Autentica, 2006

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê?. São Paulo. Editora Cortez, 2002.

LIMA, Diógenes Cândido. Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa: conversas com especialistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

MATA, Inocência. *Literatura Angolana: Silêncios e Falas de Uma Voz Inquieta*. Lisboa: Mar Além, 2001/Luanda: Kilombelombe, 2001.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação. São Paulo: 11ª ed. Loyola, 2003.

MELLO E SOUZA, Marina de. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. Revista História Hoje, v. 1, n. 1, p. 17-28, São Paulo, jun. 2012.

Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: outubro de 2005.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (org.) Superando o racismo na escola. Brasília: MEC.2000.

MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Negritude – Usos e Sentidos. São Paulo: Editora Ática, 1986.

NASCIMENTO, Alexandre. Ação afirmativa: da luta do movimento social negro às políticas concretas. Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 2006, p. 8.

OLIVEIRA, S. A. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autentica; 2003.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. Valores culturais afrodescendentes na escola. São Paulo: Paulinas. Diálogo, Revista de Ensino Religioso. nº 49, fev, 2008. P. 8-11.

RANGEL, Egon. Livro didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado. In: DIONISIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). O livro didático de Português: múltiplos Olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p. 7-14.

ROMÃO, J. E. Avaliação: exclusão ou inclusão? Eccos Revista Científica Centro Universitário Nove de Julho, v. 4, n.1, p. 43-60, 2002. *

SILVA, T.M.N. A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador. São Paulo: EPU, 1990.

SILVA, Ana Célia. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995.

SOUSA, Alves Roberta de. Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana: da lei ao cotidiano escolar. Baurú, Monografia (curso de pedagogia) Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista-UNESP.

TIMBÓ, Isaíde Bandeira. Livro Didático de História: cultura material escolar em destaque”. anpuh – xxv simpósio nacional de história – fortaleza, 2009.

VYGOTSKY, Lev S. Pensamento e linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1998.